

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT

Divulgação Azul



Anúncio é decorrência do alto endividamento da aérea

Azul entra com pedido de recuperação judicial nos EUA

A companhia aérea Azul anunciou nessa quarta-feira (28), que entrou com pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos, encerrando meses de incerteza e de pressão devido ao seu alto endividamento, apesar das tentativas de reestruturação extrajudicial. Como efeito, seus ADRs da Azul listados nos EUA despencaram quase 30% antes da abertura

daqueles mercados.

Além disso, o pedido deve colocar um freio a uma potencial fusão com a Gol, a aérea latino-americana a enfrentar o processo de recuperação judicial após a pandemia.

"Tínhamos muitas dívidas no balanço, principalmente devido à Covid. Agora temos a oportunidade de limpar tudo", disse o presidente-executivo da Azul, John Rodgers.

Acordos

Em comunicado, a Azul citou a existência de acordos que incluem "o compromisso de US\$ 1,6 bilhão em financiamento ao longo do processo, a eliminação de mais de US\$ 2 bilhões em dívidas e um adicional de até US\$ 950 milhões em financiamento em equity".

Balanço

Desde 2024, a Azul tentava reestruturar seu balanço, após acordo com arrendadores de aeronaves para eliminar US\$ 550 milhões em dívidas, em troca de uma participação acionária de cerca de 20%, além de um acordo com os credores financeiros para levantar mais US\$ 500 milhões.

Divulgação Usiminas



Alíquota de importação agora atinge 23 tipos de aço

Camex aumenta para 23, tipos de aço com alíquota de 25%

O Comitê-executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Cecex-Camex) divulgou, nessa quarta-feira (28) que, nos próximos 12 meses, 23 produtos de aço vão passar a pagar uma alíquota de importação de 25%, quando os respectivos volumes tiverem sido superados, além de renovar, pelo período de mais um

ano, as medidas protetivas da indústria siderúrgica nacional, que vigoram desde o ano passado.

Como justificativa para a medida, o Mdic identificou alta expressiva nas importações no último ano, acrescentando existir a indicação para que sejam considerados 'substitutos' dos itens originalmente tarifados.

Cotas

A exemplo de 2024, o sistema de cotas foi mantido, levando em conta determinados volumes de importação. Enquanto estes não forem atingidos, os produtos que entrarem no país continuarão sujeitos a alíquotas de importação entre 9% e 16%. Caso o teto seja superado, esta sobe a 25%.

Impactos

Segundo o Mdic, "as cotas buscam reduzir os impactos nos setores que usam o aço em sua cadeia produtiva [como construção civil, automóveis, bens de capital e eletroeletrônicos]". Estão excluídas do cálculo as importações com base em acordos comerciais ou por regimes especiais.

Pix automático

O BC vai apresentar o Pix Automático na quarta-feira (4), em São Paulo. Além do presidente da autarquia, Gabriel Galípulo, participarão do evento os diretores do BC, Renato Gomes e Gilneu Vivan. O lançamento oficial da modalidade continua marcado para o próximo dia 16.

Entrevista

O encontro reunirá representantes de empresas receptoras, prestadoras de serviços de pagamentos, iniciadoras de transações e desenvolvedoras de soluções de integração. Às 12h15, haverá uma entrevista coletiva sobre a inovação. Estará presente a diretora do BC, Izabela Correa.

Dívida Pública Federal sobe para R\$ 7,617 bilhões em abril

Indicador de endividamento pátrio teve alta de 1,44%, ante março

Por Marcello Sigwalt

Com alta de 1,44% ante o mês anterior, a Dívida Pública Federal (DPF) encerrou abril em 'estratosféricos' de R\$ 7,617 trilhões, conforme aponta o Relatório Mensal da Dívida, divulgado, nessa quarta-feira (28), pelo Tesouro Nacional. De acordo com o documento, tal patamar se insere nos limites previstos no Plano Anual de Financiamento (PAF), dentro do intervalo de R\$ 8,1 trilhões a R\$ 8,5 trilhões no ano.

De igual forma, a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) também avançou 1,55%, passando a R\$ 7,31 trilhões. Em contrapartida, a Dívida Federal Externa (DPFe), que somou R\$ 306,13 bilhões (US\$ 54,08 bilhões), queda de 1,1%.

No que se referem às emissões da DPF, estas totalizaram R\$ 204,62 bilhões, ao passo que os resgates atingiram R\$ 164,64 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 39,98 bilhões, dos quais, R\$ 41,42 bilhões correspondem à emissão



Reprodução Gazeta Hoje

A 'marcha batida' da dívida pública tupiniquim decorre da atitude perdulária federal

líquida da DPMFi, enquanto R\$ 1,44 bilhão diz respeito ao resgate líquido da Dívida Pública Federal Externa.

Já o percentual vencendo em 12 meses exibiu ligeiro recuo, de 18,7% para 17,92%, na passagem de março para abril. O prazo médio, em igual comparativo mensal, avançou, de 4,12 anos para 4,17 anos. Se considerada a

metodologia "Average Term to Maturity" – comparativo entre o Brasil e outros países, a vida média da DPF cresceu de 5,62 anos para 5,72 anos.

'Destinchando' a composição dos papéis pós-fixados na DPF também avançou, de 46,38%, em março, para 47,3% em abril. A participação dos títulos prefixados na dívida che-

gou a 20,23%.

Tecnocracias à parte, o fato é que a 'explosão da dívida pública', em curso, remete ao aumento significativo da dívida pública de um país, normalmente, no curto prazo, por fatores, como: grandes déficits fiscais, eventos econômicos inesperados ou crises financeiras, com sérias 'sequelas' para a economia do país.

Cresce otimismo no setor de comércio

Os comerciantes brasileiros ficaram mais otimistas em maio pelo segundo mês consecutivo, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icc) subiu 1,6% em relação a abril, já descontadas as influências sazonais.

O índice ficou em 104,0 pontos, na zona de satisfação, acima dos 100 pontos. Na com-

paração com maio de 2024, o Icc teve redução de 5,8%.

Segundo a CNC, os varejistas estão mais dispostos a investir e contratar funcionários. O levantamento mostra que todos os componentes do índice tiveram melhora na passagem de abril para maio.

"A evolução nos próximos meses dependerá, em grande parte, do comportamento da inflação, das políticas monetárias e da dinâmica do consumo

das famílias", declarou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, em nota oficial.

Na passagem de abril para maio, o componente de avaliação das condições atuais cresceu 1,4%, com altas nos itens economia (4,1%), empresa (0,4%) e setor (0,8%). O componente das expectativas subiu 2,3%, com aumentos nos quesitos economia (2,2%), setor (2,3%) e empresa (2,4%). O

componente das intenções de investimentos teve elevação de 0,9%, com altas nos itens estoques (0,5%), investimentos na empresa (0,2%) e na contratação de funcionários (1,8%).

"O otimismo com a melhora da percepção das condições de crédito estimula investimentos no curto prazo, algo que também foi observado na pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) de maio, que avançou 1,4%.

Confiança da Indústria sobe 0,9 ponto

Agência Brasil



Melhora no índice reflete expectativa positiva no curto prazo

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) subiu 0,9 ponto em maio na comparação com o mês anterior, indo a 98,9 pontos, maior patamar em 2025

A confiança da indústria no Brasil voltou a subir em maio, uma vez que uma melhora no indicador de expectativas do setor para os próximos meses superou a piora na medida sobre a situação atual, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta quarta-feira (28).

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) subiu 0,9 ponto em maio na comparação com o mês anterior, indo a 98,9 pontos, de acordo com os dados da FGV. Esse foi o maior patamar registrado em 2025.

"Em um ano com bastante oscilação, a confiança da indústria registra sua maior alta no ano. Apesar disso, nota-se aumento no nível dos estoques pelo segundo mês consecutivo, acendendo um alerta para os

empresários", disse Stéfano Pacini, economista do FGV Ibere.

"Em relação ao futuro, o resultado é positivo em todas as variáveis e acontece de forma espalhada entre os segmentos da pesquisa", completou.

O Índice de Situação Atual (ISA), que mede o sentimen-

to dos empresários sobre o momento presente do setor industrial, recuou 1,0 ponto no mês e foi a 99,1 pontos, segundo a FGV.

O Índice de Expectativas (IE), de percepção sobre os próximos meses, por outro lado, avançou 2,7 pontos em

maio, a 98,7 pontos.

Entre os quesitos do ISA, o maior destaque foi o aumento de 3,1 pontos no indicador que mede o nível de estoques, para 103,2 pontos, maior patamar desde abril de 2024 (105,3 pontos).

Quando o indicador de estoques superar 100 pontos, isso sinaliza que a indústria opera com estoques excessivos ou acima do desejável.

Já para o IE, a principal influência para o ganho veio do quesito de produção nos três meses seguintes, que subiu 4,2 pontos, para 101,0 pontos, maior nível desde junho de 2022 (101,6 pontos).

Em outros componentes, as medidas de ímpeto sobre as contratações e de tendência dos negócios tiveram ganhos de 1,7 e 1,9 ponto, respectivamente, atingindo 99,8 e 95,4 pontos. O Banco Central subiu a taxa Selic em 0,5 ponto percentual neste mês, para 14,75% ao ano.

Câmara aprova projeto 'Lei do Mar'

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto conhecido como Lei do Mar, que cria a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar).

O texto, que agora segue para o Senado, abre espaço para uma nova abordagem econômica voltada ao uso sustentável do território oceânico nacional.

A proposta, relatada pelo deputado Túlio Gadelha (Re-

de-PE), organiza o uso de áreas como o mar territorial, a zona econômica exclusiva e os ecossistemas costeiros, com base em princípios como uso sustentável, precaução ambiental e valorização das comunidades tradicionais.

Instrumentos previstos

Entre os instrumentos previstos está o Planejamento Espacial Marinho, que distribui

o uso do território para atividades como pesca, turismo, transporte e energia, reduzindo conflitos e aumentando a previsibilidade regulatória — fator considerado importante para atrair investimentos.

O projeto também prevê a criação de áreas marinhas protegidas, com meta mínima de 10% dos ecossistemas costeiros e oceânicos até 2030.

O texto contempla a exigência de licenciamento ambiental

mais qualificado e a criação de mecanismos de pagamento por serviços ambientais.

Também estão previstos incentivos tributários, crédito subsidiado e acesso preferencial a programas públicos para quem atua de forma sustentável. Em contrapartida, empreendimentos que causem impacto ambiental poderão ser obrigados a financiar ações de monitoramento e compensação.